

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO****Secretaria/Departamento:** Secretaria Municipal de Educação**Número do Processo:** 65/2026**Responsável pela Elaboração:** Adriane De Fatima Rech De Meira**Data da Elaboração:** 23 de fevereiro de 2026**2. NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E JUSTIFICATIVAS**

A presente contratação decorre de demanda interna da Secretaria Municipal de Educação, especificamente do CMEI Soeli Maria Ferreira Manente - Supercreche, que identificou a necessidade de implantação de um espaço de playground infantil na unidade. Atualmente, o CMEI não dispõe de qualquer equipamento de playground, o que limita significativamente as atividades lúdicas e pedagógicas ao ar livre, essenciais ao desenvolvimento motor, cognitivo, social e emocional das crianças em idade de educação infantil.

O problema consiste, portanto, na inexistência de infraestrutura adequada de lazer e recreação infantil no CMEI Soeli Maria Ferreira Manente - Supercreche, o que impede a plena execução das atividades previstas na proposta pedagógica e dificulta a oferta de ambiente escolar compatível com o dever de garantir educação com padrão de qualidade. Trata-se de necessidade diretamente vinculada à natureza e à finalidade do CMEI, relacionada à manutenção contínua do serviço público de educação infantil, com repercussões em mais de um exercício financeiro.

Registra-se que, em momento anterior, houve adesão a ata de registro de preços para aquisição de playground. Entretanto, após análise técnica e reunião realizada com a APMF, ficou decidido que não seria viável utilizar, para atendimento ao CMEI, o playground constante dessa ata, pois os brinquedos não são compatíveis com a faixa etária das crianças atendidas e o conjunto de equipamentos previsto é significativamente menor do que o dimensionado e planejado originalmente com base na emenda impositiva proposta. Diante disso, definiu-se que o playground da ata será redirecionado para outro departamento da Secretaria de Educação, mais adequado ao perfil do equipamento, e que será instaurado novo processo de licitação específico para a aquisição do playground adequado às necessidades do CMEI Soeli Manenti, sendo certo que a diferença entre os playgrounds poderá ser verificada e comparada nos anexos deste Estudo Técnico Preliminar.

O bem a ser adquirido qualifica-se como indispensável à adequada prestação do serviço público de educação infantil, tendo em vista que o espaço de playground integra as condições mínimas desejáveis de infraestrutura das unidades de educação infantil. A contratação destina-se a atender necessidade permanente ou prolongada, uma vez que o playground será utilizado de forma contínua ao longo de vários exercícios financeiros, servindo à manutenção e melhoria das atividades pedagógicas desenvolvidas com as crianças.

Quanto às alternativas, o Município não dispõe de meios próprios para produzir equipamentos com o nível de segurança, padronização, durabilidade e adequação etária exigidos. O mercado, por sua vez, oferece soluções específicas de playground infantil, com conjuntos modulares projetados para uso em instituições de educação infantil, observando normas técnicas de segurança, ergonomia e qualidade. A contratação desses equipamentos,



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

por meio de pregão eletrônico, critério de julgamento menor preço, apresenta-se como a forma mais eficiente de obter solução adequada e economicamente vantajosa, superando a alternativa anteriormente avaliada de adesão à ata de registro de preços, que se mostrou incompatível com as necessidades do CMEI.

A ausência da contratação ou a sua postergação poderá acarretar diversos prejuízos, entre os quais: manutenção da inexistência de espaço lúdico estruturado; redução das oportunidades de desenvolvimento motor e social das crianças em atividades ao ar livre; risco de improvisos com estruturas não projetadas para uso infantil; insatisfação da comunidade escolar diante da falta de espaço adequado de lazer; e dificuldade de cumprimento, pelo Município, do dever de oferecer educação infantil em condições adequadas de infraestrutura.

A contratação está alinhada às estratégias e objetivos institucionais da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu e da Secretaria Municipal de Educação, especialmente no que se refere à melhoria contínua da infraestrutura das unidades de educação infantil, à oferta de ambientes seguros, inclusivos e pedagogicamente adequados e à promoção do desenvolvimento integral das crianças atendidas pela rede municipal.

Os resultados esperados com a contratação incluem: implantação de playground infantil seguro e compatível com a faixa etária das crianças atendidas pelo CMEI Soeli Maria Ferreira Manente - Supercrèche; ampliação e qualificação das atividades pedagógicas e lúdicas ao ar livre; melhoria perceptível do ambiente escolar e do bem-estar das crianças; e reforço do compromisso do Município com a oferta de educação infantil de qualidade, em consonância com o planejamento das contratações públicas e com os objetivos da Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, justifica-se a contratação para aquisição de playground infantil para o CMEI Soeli Maria Ferreira Manente - Supercrèche, por meio de pregão eletrônico, critério de julgamento menor preço, por se tratar de bem comum disponível no mercado, cuja aquisição é necessária para suprir a atual inexistência de equipamentos de recreação na unidade e assegurar condições adequadas de atendimento às crianças da educação infantil no Município de São Miguel do Iguaçu.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO (ANÁLISE DE ALTERNATIVAS)

No âmbito do Município de São Miguel do Iguaçu, o objeto em questão (playground infantil) já foi contratado em exercícios anteriores, em especial para outras unidades de educação infantil, com especificações técnicas e dimensões distintas da solução atualmente pretendida para o CMEI Soeli Manenti. Em linhas gerais, as contratações anteriores foram realizadas por meio de processo licitatório, na modalidade pregão, para aquisição de conjuntos de playground de porte e configuração compatíveis com a realidade e o espaço físico das unidades atendidas à época, com valores registrados nos respectivos processos administrativos, que podem servir como referência histórica, ainda que não representem, isoladamente, o parâmetro definitivo para a estimativa de preços da contratação atual.

De forma mais recente, buscou-se atender a necessidade do CMEI Soeli Manenti por meio de adesão a ata de registro de preços de outro ente, a qual previa o fornecimento de playground infantil. Após análise técnica, verificou-se, contudo, que os brinquedos constantes daquela ata não eram compatíveis com a faixa etária das crianças atendidas pelo CMEI e que o conjunto de equipamentos ofertado era significativamente menor do que o dimensionado e planejado com base na emenda impositiva destinada à unidade. Em razão disso, concluiu-se que a adesão à ata não seria adequada para atender às necessidades específicas do CMEI,



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

tornando-se necessária a realização de nova contratação, com especificações próprias e escopo condizente com o projeto originalmente concebido para a unidade.

No levantamento de mercado para a presente contratação, além da análise das experiências do próprio Município, serão consideradas soluções adotadas por outros entes e órgãos públicos, mediante consulta a contratações de playground infantil registradas em sistemas oficiais e no Portal Nacional de Contratações Públicas, quando disponíveis. A análise das contratações de referência visa identificar especificações que se mostrem adequadas à realidade do CMEI Soeli Manenti, especialmente quanto à compatibilidade etária dos brinquedos, à composição dos conjuntos de equipamentos e ao dimensionamento em relação ao número de crianças atendidas e à área disponível, tomando-se tais experiências como parâmetros para a definição da solução a ser adotada localmente.

O levantamento preliminar indica que existem diversos fornecedores e soluções disponíveis no mercado para atender à necessidade de playground infantil, com variações quanto a tamanhos e modelo, de modo que a Administração poderá definir, no termo de referência, o conjunto mais adequado ao espaço físico e ao público atendido pelo CMEI. Em regra, trata-se de bem comum, com especificações e padrões de desempenho usualmente praticados pelo mercado, o que permite a utilização do pregão eletrônico como modalidade de licitação, favorecendo a ampla competitividade entre fornecedores.

Para fins de estimativa de preços, a Administração utilizará metodologia em conformidade com as diretrizes aplicáveis à pesquisa de preços para bens, contemplando, sempre que possível: contratações similares realizadas por outros entes públicos em período recente, com atualização dos valores quando necessário; consultas a sistemas oficiais de preços; pesquisa direta com fornecedores especializados; e, se cabível, o uso de fontes complementares. As informações coletadas serão registradas em documento próprio, com indicação das fontes consultadas, série de preços obtidos, critérios adotados para tratamento de valores destoantes e memória de cálculo do valor estimado.

No tocante às alternativas de solução, foram considerados, em tese, os cenários de aquisição e de locação de equipamentos. A solução de locação, embora existente para determinados tipos de estruturas de lazer, mostra-se menos adequada ao caso concreto, por se tratar de necessidade permanente e prolongada da unidade escolar, com uso contínuo dos equipamentos ao longo de vários exercícios financeiros. Nessa perspectiva, a aquisição de playground infantil, com transferência da propriedade dos bens para o Município, revela-se mais vantajosa sob os aspectos econômico, operacional e pedagógico, pois evita custos recorrentes de locação para uma necessidade permanente, permite melhor gestão da manutenção e de futuras ampliações e assegura a utilização plena dos equipamentos durante toda a sua vida útil.

Diante das alternativas analisadas, a solução escolhida consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico, critério de julgamento menor preço, de conjunto ou conjuntos de playground infantil projetados especificamente para a faixa etária atendida pelo CMEI Soeli Manenti, com dimensionamento compatível com o número de crianças e com o espaço físico disponível, observando-se as normas de segurança aplicáveis e os requisitos pedagógicos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação. A opção por aquisição, em vez de locação ou simples adesão a ata preexistente, justifica-se pela possibilidade de ajustar integralmente o escopo às necessidades da unidade e pela maior vantajosidade no longo prazo.

**4. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

O objeto da presente contratação consiste na aquisição, com fornecimento e instalação, de playground infantil modular em madeira plástica, ou material equivalente de alta durabilidade para uso externo, destinado ao atendimento de crianças com faixa etária de 0 a 4 anos do CMEI Soeli Manenti, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do Município de São Miguel do Iguaçu – PR.

Trata-se de aquisição de bem permanente, composto por conjunto de brinquedos integrados em estrutura modular, próprio para instalação em área externa e uso contínuo em ambiente escolar, não se tratando de prestação de serviços contínuos. Os serviços de entrega, montagem e fixação dos equipamentos integram a própria aquisição, como etapas necessárias à plena fruição do bem.

O playground será aplicado no pátio/área externa do CMEI Soeli Manenti, em espaço definido pela unidade escolar, e será utilizado diariamente nas atividades lúdicas e pedagógicas desenvolvidas com as crianças de 0 a 4 anos, em períodos de recreação, atividades dirigidas e projetos específicos, sempre com acompanhamento da equipe escolar. A aplicação do objeto é necessária tão logo concluído o processo licitatório e formalizado o contrato, preferencialmente de forma a possibilitar o uso durante o ano letivo subsequente, evitando-se a manutenção da atual ausência de equipamentos de recreação adequados.

4.1 Especificação técnica essencial do objeto

O playground infantil deverá atender, no mínimo, à seguinte composição, padrões de qualidade e dimensões, considerados adequados à faixa etária de 0 a 4 anos:

- a) Estrutura principal
 - a.1) Conjunto de, no mínimo, 3 (três) torres ou plataformas interligadas, sendo:
 - a.1.1) pelo menos 1 (uma) torre ou plataforma com cobertura (telhado ou similar), que proporcione área sombreada;
 - a.1.2) pelo menos 1 (uma) torre ou plataforma sem cobertura;
 - a.1.3) altura das plataformas compatível com crianças de 0 a 4 anos, observando-se as normas técnicas aplicáveis à segurança em playgrounds, com alturas reduzidas e adequadas para essa faixa etária;
 - b) Elementos de circulação e ligação
 - b.1) pelo menos 1 (uma) passarela ou ponte fixa interligando torres/plataformas, com guarda-corpos em altura compatível com crianças de 0 a 4 anos;
 - b.2) pelo menos 1 (um) tubo ou túnel de ligação entre torres/plataformas, podendo ser reto ou curvo, com dimensões que permitam a passagem segura de crianças pequenas.
 - c) Acesso e escada
 - c.1) pelo menos 1 (uma) escada de acesso à estrutura elevada, com degraus de altura reduzida, adequados à estatura de crianças de 0 a 4 anos, dotada de guarda-corpo ou apoios laterais;
 - c.2) pelo menos 1 (um) módulo de escada (rampa, parede ou similar), com inclinação suave e apoios/pegadas dimensionados para crianças pequenas, destinado ao desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio e força muscular, sem exigir esforço incompatível com a faixa etária.
 - d) Deslizamento
 - d.1) pelo menos 2 (dois) escorregadores, com combinação de escorregador aberto e escorregador tipo túnel ou tobogã, dimensionados para crianças de 0 a 4 mas anos;



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

d.2) escorregadores com saída em bordas arredondadas, superfície lisa, sem emendas cortantes e com inclinação moderada, compatível com a faixa etária, de modo a permitir uso seguro e controlado.

e) Segurança e proteção

e.1) guarda-corpos, cercas ou barreiras de proteção nas laterais das plataformas e bordas das áreas elevadas, em altura compatível com crianças de 0 a 4 anos, prevenindo quedas acidentais;

e.2) ausência de arestas vivas, rebarbas, superfícies cortantes ou elementos que possam causar aprisionamento de cabeça, pescoço, tronco, membros ou dedos, considerando as dimensões de crianças pequenas;

e.3) acabamento das superfícies sem farpas ou lascas, com cantos arredondados;

e.4) utilização de tintas, resinas e pigmentos atóxicos, próprios para brinquedos infantis, seguros para contato com crianças de 0 a 4 anos.

f) Materiais mínimos

f.1) estrutura principal em madeira plástica ou material equivalente, devidamente adequado para uso externo, resistente à umidade, às intempéries e ao ataque de pragas;

f.2) componentes em polietileno ou plástico de alta resistência, próprios para playground, com boa estabilidade de cor e resistência mecânica;

f.3) materiais compatíveis com uso intenso em ambiente escolar, de fácil higienização e manutenção, preferencialmente com baixa necessidade de pintura ou tratamento periódico.

g) Dimensões mínimas do conjunto

g.1) O playground infantil deverá possuir dimensões mínimas de 3,40 m (três metros e quarenta centímetros) de largura e 8,00 m (oito metros) de comprimento, considerando o conjunto de torres/plataformas e seus elementos de ligação (túneis, passarelas, escorregadores e módulos de escalada);

g.2) As dimensões informadas referem-se ao brinquedo montado, devendo o fornecedor apresentar, juntamente com a proposta, planta, desenho técnico ou croqui com as medidas do equipamento instalado, de forma a permitir a conferência da compatibilidade com a área disponível no CMEI;

g.3) Além das dimensões mínimas do brinquedo, deverá ser observada área livre adicional de segurança ao redor da estrutura, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis (por exemplo, série ABNT NBR 16071 ou outra que venha a substituí-la), garantindo afastamento adequado de obstáculos, circulação segura das crianças e amortecimento de eventuais quedas, conforme orientações a serem detalhadas no termo de referência.

h) Itens adicionais opcionais

h.1) Poderão ser ofertados, a critério do fornecedor, como itens integrantes da solução proposta, sem prejuízo do atendimento à composição mínima obrigatória:

h.1.1) balanço duplo integrado à estrutura do playground, dimensionado e protegido para uso por crianças de 0 a 4 anos;

h.1.2) jogo da velha ou outro painel lúdico/pedagógico fixado em uma das torres/plataformas;

h.1.3) elementos cenográficos (por exemplo, coqueiro decorativo) ou outros acessórios que agreguem valor estético e lúdico ao conjunto, desde que seguros e compatíveis com a faixa etária.

h.2) Os itens adicionais opcionais não substituem os elementos mínimos definidos neste Estudo Técnico Preliminar, sendo considerados como complementares à composição mínima



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

exigida. Eventual valoração qualitativa desses itens será tratada no termo de referência e no edital, de forma objetiva e sem prejuízo da isonomia entre os licitantes.

Os brinquedos deverão observar as normas técnicas vigentes da ABNT relacionadas à segurança em playgrounds e brinquedos instalados em áreas de lazer infantis, especialmente a série ABNT NBR 16071 (ou outra que venha a substituí-la ou complementá-la), com atenção especial às exigências para equipamentos utilizados por crianças pequenas, incluindo distâncias de segurança, alturas máximas, áreas de impacto, dimensionamento de espaços livres e proteção contra aprisionamentos.

4.2 Existência de produtos e prestadores similares e padronização da especificação

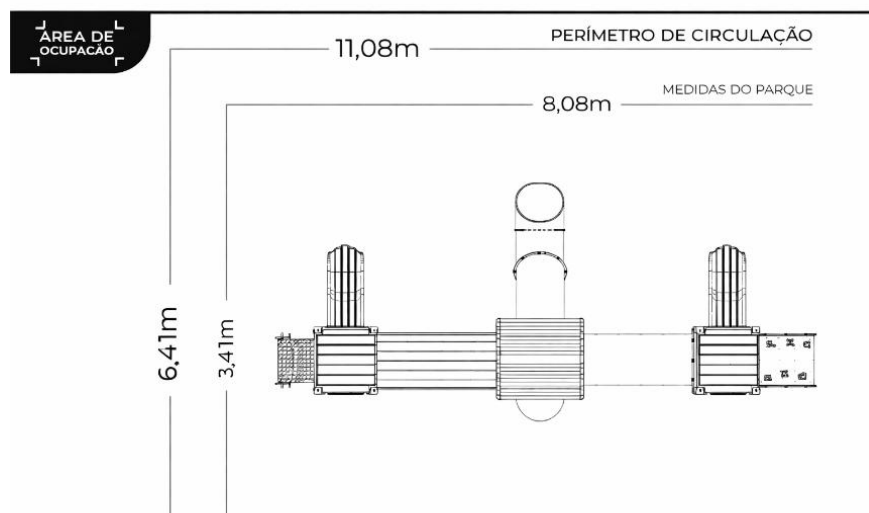
O levantamento de mercado demonstrou a existência de diversos fabricantes de playground infantil em madeira plástica, com soluções modulares tecnicamente equivalentes e adequadas à faixa etária de 0 a 4 anos, variando basicamente o desenho, o arranjo das torres e a combinação de escorregadores, túneis e demais elementos lúdicos. As especificações constantes deste Estudo Técnico Preliminar descrevem a composição mínima necessária, as dimensões mínimas e os requisitos de segurança, sem vincular a solução a um fabricante específico, permitindo que diferentes marcas e modelos concorram, desde que atendam a tais requisitos.

Não se faz necessária a indicação de marca ou modelo específicos, nos termos do artigo 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, devendo eventuais menções a marcas constantes de orçamentos ou anexos ser tratadas apenas como exemplificativas ou referenciais, acompanhadas da expressão “ou equivalente”, sem caráter restritivo.

Também não se prevê, a priori, a exclusão nominal de marcas, mas serão desclassificadas, na fase de julgamento, propostas que apresentem equipamentos que não atendam às normas técnicas aplicáveis, que utilizem materiais inadequados para uso infantil ou que não cumpram a composição mínima, as dimensões mínimas e os demais requisitos definidos para crianças de 0 a 4 anos.

A especificação foi elaborada com foco em desempenho, segurança, funcionalidade e compatibilidade com a área disponível no CMEI, admitindo variação de cores, formas, desenhos e soluções construtivas, desde que observados os requisitos mínimos estabelecidos. Assim, entende-se que a descrição do objeto não conduz a solução exclusiva de produto e não restringe indevidamente o rol de potenciais fornecedores, preservando a competitividade.

Ademais, seguem modelos de playground compatíveis com as especificações exigidas, que deverão servir como referência para a execução e entrega do equipamento pela contratada.

Referência Mínima de Medidas:**Referência Playgroud 1:****Referência Playgroud 2:**

Referência Playgroud 3:**4.3 Impactos ambientais e requisitos de sustentabilidade**

A contratação envolve, principalmente, materiais plásticos e similares, de longa vida útil, instalados em ambiente externo. Entre os possíveis impactos ambientais, destacam-se o consumo de recursos para fabricação dos componentes, a geração de resíduos e embalagens no transporte e instalação e, ao fim da vida útil, a necessidade de destinação adequada dos materiais.

Por outro lado, o uso de madeira plástica ou material equivalente pode representar oportunidade de aproveitamento de resíduos plásticos reciclados e de redução da demanda por madeira natural, bem como de menor necessidade de manutenção com tintas e solventes ao longo da vida útil do equipamento, o que tende a reduzir impactos ambientais ao longo do ciclo de vida.

À luz das diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e de orientações correlatas, identificam-se, entre outros, os seguintes requisitos e práticas sustentáveis aplicáveis ao objeto:

- a) priorizar, sempre que possível, materiais reciclados ou recicláveis, como madeira plástica proveniente de reciclagem de resíduos plásticos, desde que atendidos os requisitos de segurança e durabilidade;
- b) exigir que as embalagens utilizadas no transporte sejam, preferencialmente, recicláveis ou reutilizáveis, com orientação ao fornecedor para destinação ambientalmente adequada das embalagens e resíduos gerados na instalação;
- c) exigir materiais de alta durabilidade e baixa necessidade de manutenção, reduzindo o consumo de insumos e a geração de resíduos ao longo do ciclo de vida do playground;
- d) vedar o uso de tintas, solventes e produtos que contenham substâncias tóxicas ou potencialmente nocivas à saúde das crianças e ao meio ambiente, privilegiando pigmentos e revestimentos atóxicos;
- e) estimular, quando possível, a apresentação de informações sobre o ciclo de vida dos materiais utilizados (durabilidade, possibilidade de reciclagem e destinação ao final da vida útil).

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OU FORNECIMENTO DO OBJETO



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

A execução da solução será indireta, mediante contratação de empresa especializada para fornecer, entregar, montar e instalar o playground infantil, cabendo à Administração apenas o planejamento, a definição da área e a fiscalização da execução. A execução direta pela própria Administração não se mostra viável, pois o Município não dispõe de estrutura técnica, ferramental específico nem equipe capacitada para projetar, fabricar e instalar playground modular em madeira plástica para a faixa etária de 0 a 4 anos, em conformidade com normas técnicas de segurança. Ao optar pela execução indireta, transfere-se à contratada a responsabilidade pela integridade do equipamento, pela observância das normas técnicas e pela correta instalação, reduzindo riscos de falhas e evitando a necessidade de investimentos em estrutura própria, enquanto a Administração concentra-se na função de planejar, fiscalizar e garantir o uso adequado do bem.

O contrato será executado com fornecimento do playground completo, em conformidade com as especificações técnicas, dimensões mínimas e faixa etária definidas no ETP, no termo de referência e no edital, devendo a empresa contratada se responsabilizar pela fabricação ou fornecimento do equipamento, pelo transporte até o CMEI Soeli Manenti, pela descarga, pela montagem e instalação integral da estrutura no local indicado, pela disponibilização de todos os materiais, peças, componentes, ferragens, ferramentas e equipamentos necessários à instalação, bem como pelos equipamentos de proteção individual de sua equipe. Caberá ainda à contratada entregar manuais de montagem, uso, limpeza e manutenção em língua portuguesa, apresentar o termo de garantia e realizar eventuais ajustes e correções solicitados pela fiscalização por ocasião do recebimento provisório, além de prestar assistência técnica durante o período de garantia, reparando ou substituindo, sem ônus adicional, peças ou módulos que apresentem defeitos de fabricação ou problemas decorrentes da instalação.

À Administração competirá indicar o local exato de instalação no pátio ou área externa do CMEI Soeli Manenti, garantir que essa área esteja desobstruída, nivelada e apta a receber o playground ou, se necessário, promover previamente as adequações por meio de outros contratos ou meios próprios; permitir o acesso da equipe da contratada à escola, em dias úteis e em horários previamente ajustados com a direção da unidade, de modo a minimizar interferências nas atividades escolares; designar fiscal ou gestor do contrato para acompanhar a execução, dirimir dúvidas operacionais, registrar ocorrências, atestar o recebimento provisório e definitivo do objeto; zelar, após o recebimento definitivo, pela guarda e conservação do playground, orientando a equipe escolar quanto às recomendações do fabricante e adotando rotinas de inspeção visual, limpeza e uso adequado; e efetuar os pagamentos devidos à contratada após o cumprimento das obrigações contratuais. A entrega e a instalação ocorrerão no próprio CMEI Soeli Manenti, em dias úteis, dentro do horário de funcionamento da unidade e em faixa horária ajustada com a direção, podendo, se necessário, ser fracionadas em mais de um dia ou em horários em que não haja crianças no local, a fim de garantir segurança. Durante a instalação, a contratada deverá isolar e sinalizar a área de trabalho, impedir o acesso de crianças e terceiros, manter a área organizada e promover a limpeza ao final de cada jornada, realizando também limpeza final ao término da montagem, de modo que o espaço fique em condições de uso.

O objeto será preferencialmente entregue e instalado em uma única etapa, não se prevendo armazenagem prolongada pela Administração, justamente para evitar riscos de dano a componentes desmontados. Caso, excepcionalmente, haja necessidade de guarda temporária, o CMEI ou a Secretaria Municipal de Educação poderá disponibilizar espaço



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

coberto e seguro para acondicionamento dos módulos, seguindo orientações do fornecedor para evitar avarias. O contrato deverá prever prazo global para entrega e instalação contado da emissão da ordem de fornecimento, com execução em parcela única, já que se trata de um único conjunto de playground, admitindo-se a fixação de prazo específico para correção de irregularidades eventualmente identificadas no recebimento provisório, antes do recebimento definitivo. O pagamento será efetuado em parcela única, após entrega, montagem e instalação do playground, com recebimento provisório pelo fiscal ou gestor do contrato, que verificará a conformidade com as especificações, dimensões mínimas, faixa etária, qualidade da instalação e integridade do equipamento, seguido de prazo para correção de eventuais pendências, recebimento definitivo e apresentação de nota fiscal devidamente atestada, observados os prazos regulamentares para liquidação e pagamento. Não se prevê pagamento antecipado, salvo hipótese excepcional, devidamente justificada e autorizada conforme a legislação.

Por se tratar de playground fixo para área externa de unidade escolar, em regra não são exigidos registros específicos junto a Anatel, Anvisa ou similares, tampouco licenças sanitárias ou ambientais específicas para o uso cotidiano, sem prejuízo das autorizações já existentes para funcionamento do CMEI. A contratada, entretanto, deverá observar as normas técnicas da ABNT aplicáveis à segurança de playgrounds e brinquedos instalados em áreas de lazer infantis e, se previsto no termo de referência, apresentar laudos, certificados ou declarações de conformidade emitidos por profissional habilitado ou laboratório reconhecido, atestando que o equipamento atende às normas pertinentes, podendo ser exigida, de acordo com o que for definido no edital, a indicação de responsável técnico por projeto ou instalação, com registro em conselho profissional (como CREA ou CAU), se a complexidade do serviço assim justificar. Não se identifica, neste caso, necessidade de licenças especiais de natureza sanitária ou ambiental específicas para a execução da instalação.

Considerando o porte do equipamento e o custo de fabricação, não se mostra razoável exigir amostra física para avaliação prévia, sendo mais adequado adotar outros mecanismos de controle de qualidade, como a exigência de catálogo ou memorial descritivo, desenhos técnicos, fotografias de playgrounds similares já fornecidos pelo proponente, declaração de atendimento às normas técnicas aplicáveis e, quando possível, visita técnica a equipamento semelhante instalado em outro local. Tais medidas buscam mitigar o risco de fornecimento de produtos de baixa qualidade ou inseguros para os usuários, sem impor exigências desproporcionais ou restritivas à competitividade. Recomenda-se a exigência de garantia mínima de 12 meses, contados do recebimento definitivo, abrangendo a estrutura principal, componentes plásticos e ferragens, cabendo à contratada reparar ou substituir, sem ônus adicional, peças e componentes que apresentem defeitos de fabricação ou problemas relacionados à instalação, ressalvados danos decorrentes de mau uso, vandalismo ou força maior, podendo o termo de referência prever prazos mais extensos de garantia se constatado que tal prática é usual e viável no mercado.

Do ponto de vista da sustentabilidade, serão observados os requisitos já apontados no ETP, incluindo a preferência por madeira plástica ou materiais com conteúdo reciclado, desde que asseguradas segurança e durabilidade; o uso de embalagens recicláveis ou reutilizáveis com destinação ambientalmente adequada; a escolha de materiais de alta durabilidade e baixa necessidade de manutenção, reduzindo o consumo de insumos ao longo do ciclo de vida; a vedação de tintas e revestimentos com substâncias tóxicas; e o estímulo para que o fornecedor informe, sempre que possível, sobre a reciclabilidade dos materiais e a destinação



adequada ao final da vida útil. Todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à instalação serão de responsabilidade da contratada, não cabendo à Administração fornecer qualquer recurso físico além da área de implantação. Ao término da execução, a contratada deverá proceder à limpeza completa da área, retirar resíduos e embalagens, entregar manuais, certificados e termos de garantia, e orientar a equipe da unidade escolar quanto ao uso adequado e às rotinas de inspeção visual e manutenção básica do playground. Não se vislumbram procedimentos complexos de transição ao final do contrato, uma vez que o bem será incorporado ao patrimônio do Município; em eventual desinstalação ou substituição futura, deverá ser observada a destinação ambientalmente adequada dos materiais, em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas de gestão de resíduos.

6. QUANTITATIVO DO OBJETO

O Município de São Miguel do Iguaçu já realizou contratações anteriores de playground infantil em anos passados, voltadas a outras unidades de educação infantil, com especificações e dimensões diferentes da solução ora pretendida. Nessas contratações pretéritas, em geral foi adquirido um conjunto de playground por unidade atendida, o que se mostrou suficiente para a realidade daquelas escolas ou CMEIs à época, considerando o número de crianças, a área disponível e o modelo de brinquedo adotado. No entanto, o CMEI Soeli Manenti, especificamente, não chegou a ser atendido com playground próprio, razão pela qual, apesar da experiência acumulada com outras unidades, permanece a inexistência de equipamento adequado nesta unidade em particular.

Desde as contratações anteriores, houve evolução e reorganização da rede municipal de educação infantil, com aumento do número de crianças atendidas e distribuição de matrículas entre as diversas unidades, inclusive o CMEI Soeli Manenti. Além disso, a destinação de emenda impositiva específica para implantação de playground nesta unidade reforçou a necessidade de dimensionar um conjunto compatível com o público atual e com a área disponível, não sendo suficiente simplesmente replicar, em menor escala, modelos utilizados no passado em outras escolas.

A quantidade atualmente considerada necessária é de 1 conjunto de playground infantil modular, com dimensões mínimas de 3,40 m de largura por 8,00 m de comprimento, dotado da composição mínima descrita no item de definição do objeto (múltiplas torres/plataformas, escorregadores, túnel, passarela, módulo de escalada etc.). Entende-se que um conjunto com esse porte é adequado para atender, em rodízio, às turmas de crianças de 0 a 4 anos matriculadas no CMEI Soeli Manenti, tendo em vista o espaço físico disponível no pátio e a rotina de uso planejada pela equipe pedagógica. A adoção de um único conjunto modular de maior porte, em vez de vários brinquedos isolados menores, favorece a integração lúdica, a supervisão e a segurança durante o uso, além de se mostrar coerente com o valor previsto na emenda impositiva destinada à unidade.

A metodologia adotada para chegar a esse quantitativo considerou, de forma combinada: o número de crianças atendidas pelo CMEI (por turno e por faixa etária), a área útil disponível para instalação do playground, as experiências anteriores do Município com playgrounds em outros CMEIs e escolas, os modelos e dimensões dos conjuntos ofertados pelo mercado nos orçamentos coletados e o valor global previsto na emenda impositiva. A partir desses elementos, concluiu-se que um conjunto modular de playground com dimensões mínimas de 3,40 m por 8,00 m é suficiente para garantir a utilização simultânea



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

por número razoável de crianças, com segurança e conforto, ao mesmo tempo em que se mantém a viabilidade física de instalação e a compatibilidade com os recursos orçamentários. O cálculo dos quantitativos não se deu por simples transposição de modelos anteriores, mas pela combinação de parâmetros pedagógico, parâmetros físicos e parâmetros de mercado.

A necessidade ora analisada refere-se exclusivamente ao CMEI Soeli Manenti, não tendo sido considerada, neste ETP, a demanda de outros órgãos, departamentos ou secretarias, uma vez que se trata de implantação de playground vinculada a emenda impositiva específica para esta unidade e de solução tecnicamente dimensionada para a realidade local (público atendido e área disponível). Outras unidades da rede municipal de ensino que necessitem de playground ou de ampliação de seus equipamentos deverão ser contempladas em processos próprios, com estudos técnicos preliminares específicos ou inseridas em planejamentos mais amplos da Secretaria Municipal de Educação. Nesse contexto, a opção por não estender o quantitativo a outros órgãos ou unidades nesta contratação visa preservar a finalidade da emenda impositiva, evitar fragmentação indevida do objeto e permitir o adequado dimensionamento de solução integrada e segura para o CMEI Soeli Manenti.

7. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

O valor estimado da contratação para uma unidade de playground infantil é de R\$ 27.254,16 (vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos)

Esse valor foi obtido por meio de pesquisa de mercado, considerando preços praticados por fornecedores privados especializados, consultas ao PNCP – Pesquisa Nacional de Preços de Compras Públicas – e referências de contratações similares de outros municípios. Ressalta-se que o PNCP foi utilizado como parâmetro comparativo similar, pois os equipamentos apresentados não atendem integralmente às especificações técnicas exigidas.

Foram definidos preços unitários para cada unidade do objeto, permitindo o cálculo do valor médio do equipamento.

A estimativa dos preços e custos unitários foi realizada a partir dos valores fornecidos pelos fornecedores citados, considerando características similares de material, acabamento e dimensões aproximadas do playground, resultando no valor médio de R\$ 27.254,16. Esse valor serve como referência de mercado para subsidiar a futura licitação, possibilitando comparativo entre fornecedores e adequação do equipamento às exigências do edital.

Fontes consultadas:

- PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE – CNPJ: 76.381.854/0001-27, Endereço: Rua João Ormino de Rezende, 686, Centro - Cruzeiro do Oeste – PR; Telefone: (44) 3676-8150
- CACIQUE INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA – CNPJ: 29.685.289/0001-01, Endereço: Rua Tranquilo Peruzolo, nº 250, Cacique Doble/RS, Telefone: (54) 3552-1317, WhatsApp: (54) 99993-8553, E-mail: moveiscacique1@hotmail.com.
- ELITE PLAYGROUND COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA – CNPJ: 03.384.999/0001-08, Inscrição Estadual: 0390100889, Endereço: Rua Angelo Batistus, 705 – Bairro Paiol Grande II, Erechim/RS – 99700-010, Telefone: 54-9949-2880, Contato: Paulo Clovis Nunes, E-mail: pcnclovis@gmail.com.
- SP PLAYGROUND – CNPJ: 50.060.671/0001-16, Endereço: Rua Roque Palmieri, 17 – Cidade Líder, São Paulo/SP – 08285-170, Telefone: (11) 2217-9998, WhatsApp: (11) 98938-3513, E-mail: vendas@spplaground.com.br.



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

- PARQUEVARAL – CNPJ: 82.261.041/0001-04, Endereço: Rua Irma Maria Pinheiro Araujo, 68 – Boqueirão, Curitiba/PR – 81730-280, Telefone: (41) 3376-4242, E-mail: vendas@parquevaral.com.br, Site: www.parquevaral.com.br.
- PNCP

8. COMPATIBILIDADE COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

PREVISTO NO PCA/2025 – Publicado na quarta retificação em 29/05/2025.
<https://saomigueloiguacu.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/publicacoes/1046>

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

Após análise técnica e econômica, entende-se que não é viável parcelar a contratação do playground infantil. A solução será fornecida em uma única unidade completa, reunindo todos os itens necessários (torres, passarelas, túneis, escorregadores e demais módulos), considerando que o parcelamento do objeto poderia gerar prejuízos à Administração, como possibilidade de perda do sincronismo dos fornecimentos, já que diferentes fornecedores poderiam entregar módulos em momentos distintos, prejudicando o cronograma e o fluxo de instalação.

Além disso, a divisão do objeto poderia ocasionar aumento de custos, comprometendo a economia de escala e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. O gerenciamento de múltiplos contratos ou processos licitatórios aumentaria o trabalho administrativo e o risco de falhas de controle, além de mitigar a responsabilidade técnica do prestador. Reunir todos os itens em um único fornecimento garante eficiência operacional, segurança técnica e uniformidade na execução do serviço, permitindo que o equipamento atenda integralmente às especificações do edital e às normas técnicas vigentes.

10. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta contratação são caracterizados como:

- **Bens e Serviço(s) Comum(ns)** (Art. 6º, inciso XIII, da Lei 14133/2021)
- **Não são qualificados como itens de luxo**, consoante indicado no §1º do artigo 39 do Decreto 115/2023.

Sem prejuízo a classificação anterior, também podem ser enquadrados como

- **Fornecimento de Bens/Serviços Não Contínuos ou Contratados por Escopo:** aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado (haverá uma conclusão, ainda que futura).

11. FORMA DE CONTRATAÇÃO: Modalidade de licitação, Procedimento e Critério de Julgamento.

A modalidade licitatória a ser adotada será: Pregão;

A modalidade licitatória a ser adotada será o Pregão, em conformidade com o disposto no Artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o Pregão como modalidade aplicável para aquisição de bens e serviços comuns, caracterizados por padrões de qualidade e desempenho previamente definidos, de forma que seja possível a comparação objetiva das propostas. O objeto desta contratação, consistente na aquisição de um playground infantil com especificações técnicas padronizadas, se enquadra como bem comum, permitindo a utilização dessa modalidade para garantir maior celeridade, competitividade e obtenção da



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

proposta mais vantajosa para a Administração Pública. A escolha do Pregão ainda assegura procedimentos simplificados de habilitação e julgamento, maior transparência e economia de recursos, atendendo aos princípios da eficiência, da economicidade e da competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Critério de Julgamento

- menor preço;

O critério de julgamento adotado será menor preço, em conformidade com o disposto no Artigo 50 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que, para aquisição de bens e serviços comuns, a Administração deve selecionar a proposta mais vantajosa com base na menor oferta de preço, observadas as especificações técnicas do edital. Essa opção é considerada a mais vantajosa para esta contratação, pois o objeto é padronizado e as características do playground infantil estão claramente definidas no termo de referência, permitindo comparações objetivas entre os preços apresentados pelos fornecedores. A utilização do critério de menor preço assegura maior competitividade, transparência e economicidade, garantindo que a Administração Pública obtenha a solução desejada pelo menor custo, sem comprometer a qualidade e a conformidade com as exigências técnicas estabelecidas.

12. ANÁLISE DE RISCOS

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual. Os riscos analisados foram organizados em duas categorias:

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as possíveis ações preventivas e contingenciais, bem como a identificação dos responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme a tabela de referência a seguir:

| CLASSIFICAÇÃO | VALOR |
|---------------|-------|
| BAIXO | 5 |
| MÉDIO | 10 |
| ALTO | 15 |

Descrição dos impactos:

Baixo: Danos que não comprometem o processo/aquisição. Devem ser catalogados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: Danos que comprometem parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: Danos que comprometem a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

| | | | |
|-------------------------|-------|-------|------|
| ALTO | 75 | 150 | 225 |
| MÉDIO | 50 | 100 | 150 |
| BAIXO | 25 | 50 | 75 |
| PROBABILIDADE / IMPACTO | BAIXO | MÉDIO | ALTO |

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da Matriz Probabilidade x Impacto. Caso o risco enquadre-se na região entre 25 e 50, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas.

Se estiverem na região entre 75 e 100, entende-se como médio e na região entre 150 e 225, entende-se como nível de risco alto.

Nos casos de riscos classificados como médio e alto, serão adotadas as medidas preventivas previstas.

| | | | | | | |
|--|--|-------|---|-------|-----------------------|------|
| 1. RISCOS | | | | | | |
| 1.1. Relacionados ao comprometimento da efetividade do planejamento da contratação: | | | | | | |
| Risco | | | | | | |
| Atraso na entrega das informações ou documentos necessários para iniciar a contratação. | | | | | | |
| Probabilidade: | | Baixa | X | Média | | Alta |
| Impacto: | | Baixo | X | Médio | | Alto |
| Id. | Dano/resultado | | | | | |
| | Compromete parcialmente o início do processo licitatório, podendo atrasar o cronograma geral da contratação. | | | | | |
| Id. | Ação Preventiva | | | | Responsável | |
| | Solicitação antecipada de todos os documentos e informações aos setores envolvidos, com prazos definidos. | | | | Secretaria Demandante | |
| Id. | Ação de Contingência | | | | Responsável | |
| | Caso os documentos não sejam recebidos a tempo, reorganizar o cronograma interno e priorizar etapas já possíveis | | | | Secretaria Demandante | |

| | | | |
|---|-------|-------|------|
| Matriz dos riscos relacionados a fase de planejamento da contratação: | | | |
| ALTO | | | |
| MÉDIO | | x | |
| BAIXO | | | |
| PROBABILIDADE / IMPACTO | BAIXO | MÉDIO | ALTO |

| | | | | | | |
|---|-----------------------|-------|---|-------|---|------|
| 2. RISCOS | | | | | | |
| 2.1. Relacionados ao comprometimento da efetividade da seleção da executante/contratada: | | | | | | |
| Risco | | | | | | |
| Propostas fora das especificações técnicas exigidas no edital. | | | | | | |
| Probabilidade: | | Baixa | x | Média | | Alta |
| Impacto: | | Baixo | | Médio | x | Alto |
| Id. | Dano/resultado | | | | | |

**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

| | | |
|------------|---|-----------------------|
| | Pode comprometer a seleção da proposta mais vantajosa e atrasar a contratação. | |
| Id. | Ação Preventiva | Responsável |
| | Revisão detalhada do edital e das especificações técnicas antes da publicação. | Secretaria Demandante |
| Id. | Ação de Contingência | Responsável |
| | Solicitar esclarecimentos aos licitantes ou rejeitar propostas não conformes, mantendo registro formal. | Pregoeiro |

| | | | |
|---|-------|-------|------|
| Matriz dos riscos relacionados a fase de Seleção da Contratada | | | |
| ALTO | | | |
| MÉDIO | | | x |
| BAIXO | | | |
| PROBABILIDADE / IMPACTO | BAIXO | MÉDIO | ALTO |

| | | | | | | |
|--|---|--|---|-------|---|------|
| 3.RISCOS | | | | | | |
| 3.1 Relacionados ao comprometimento da efetividade da gestão contratual | | | | | | |
| Risco | | | | | | |
| Atraso na execução do objeto contratado. | | | | | | |
| Probabilidade: | | Baixa | x | Média | | Alta |
| Impacto: | | Baixo | | Médio | x | Alto |
| Id. | Dano/resultado | | | | | |
| | Compromete o cronograma de entrega e instalação do playground, podendo afetar o uso previsto pelas áreas de recreação infantil. | | | | | |
| Id. | Ação Preventiva | Responsável | | | | |
| | Estabelecer cronograma detalhado no contrato, com prazos claros e marcos de acompanhamento. | Gestor de Contrato | | | | |
| Id. | Ação de Contingência | Responsável | | | | |
| | Aplicar notificações e medidas corretivas previstas no contrato, incluindo prorrogação de prazo ou aplicação de sanções. | Gestor de Contrato e Departamento Licitações | | | | |

| | | | |
|--|-------|-------|------|
| Matriz dos riscos relacionados a fase de Gestão Contratual: | | | |
| ALTO | | | |
| MÉDIO | | | x |
| BAIXO | | | |
| PROBABILIDADE / IMPACTO | BAIXO | MÉDIO | ALTO |

13. RESULTADOS ESPERADOS

A contratação do playground infantil proporcionará diversos benefícios para a Administração Pública e para a comunidade escolar atendida pelo CMEI Soeli Maria Ferreira Manente – Supercreche. Entre os principais destacam-se:



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

- Melhoria na prestação do serviço público de educação infantil, oferecendo um espaço seguro, adequado e estruturado para atividades lúdicas e pedagógicas ao ar livre.
- Aumento da eficiência na gestão das áreas de lazer, com a utilização de equipamento padronizado, seguro e de fácil manutenção.
- Redução de custos futuros com substituições improvisadas ou manutenção de equipamentos inadequados, garantindo durabilidade e conformidade com normas técnicas de segurança.
- Ampliação das oportunidades de desenvolvimento motor, cognitivo, social e emocional das crianças, contribuindo para um ensino infantil de qualidade.
- Melhoria do ambiente escolar, tornando-o mais atrativo, seguro e funcional para as atividades pedagógicas.

Métricas de avaliação dos resultados:

Para acompanhar a efetividade da contratação, serão utilizadas as seguintes métricas:

1. Cumprimento do cronograma de entrega e instalação: verificação se o playground foi entregue e instalado dentro do prazo previsto no contrato.
2. Conformidade técnica do equipamento: avaliação se o playground atende integralmente às especificações do termo de referência e às normas técnicas vigentes.
3. Redução de custos com manutenção: comparação entre os custos de manutenção de equipamentos anteriores e os custos do novo playground durante o período de garantia.
4. Satisfação dos usuários: levantamento de feedback das crianças, familiares e equipe pedagógica quanto à utilização e adequação do playground.
5. Eficiência na gestão: acompanhamento de relatórios internos sobre a facilidade de supervisão e controle do equipamento instalado.

Essas métricas permitirão monitorar de forma objetiva os resultados da contratação, garantindo que os objetivos de qualidade, eficiência e economicidade sejam atingidos e que o CMEI conte com infraestrutura adequada para o desenvolvimento integral das crianças.

14. PROVIDÊNCIAS FINAIS

A contratação do playground infantil não depende de assistência técnica ou manutenção contínua além do período de garantia oferecido pelo fornecedor. Não será necessária adequação pela equipe de obras para instalação do equipamento, uma vez que o espaço físico existente no CMEI Soeli Maria Ferreira Manente – Supercreche comporta o playground previsto, atendendo às normas de segurança e espaço mínimo exigido.

A contratação não requer insumos adicionais para a execução do objeto, nem demanda a realização de outra contratação para complementar ou viabilizar o fornecimento do playground. A fiscalização da instalação e da entrega do equipamento será realizada pelos servidores designados pela Secretaria Municipal de Educação, não sendo necessário treinamento especial, dado que as atividades se restringem à conferência do cumprimento das especificações do termo de referência e às normas técnicas aplicáveis.

O futuro contratado deverá apresentar todas as formalidades legais para a execução do contrato, incluindo registro regular na Receita Federal (CNPJ) e conformidade com eventuais licenças ou autorizações específicas exigidas para fornecimento de brinquedos infantis, quando aplicável.

A contratação não envolve geração significativa de resíduos, mas eventual embalagem ou sobras de materiais do playground serão descartadas de acordo com a legislação



MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ambiental vigente, especialmente a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), garantindo o devido tratamento ambiental e a responsabilidade do fornecedor quanto à destinação correta.

15. CONCLUSÃO

A contratação do playground infantil para o CMEI Soeli Maria Ferreira Manente – Supercreche mostra-se plenamente adequada para atender à necessidade identificada. A solução proposta atende integralmente à demanda de infraestrutura lúdica e pedagógica da unidade, oferecendo um equipamento seguro, durável, compatível com a faixa etária das crianças e conforme as normas técnicas vigentes.

Esta opção é a mais vantajosa para a Administração Pública, pois permite a aquisição de um bem comum disponível no mercado de forma padronizada, por meio de pregão eletrônico e critério de julgamento por menor preço, garantindo transparência, competitividade e economicidade. Além disso, evita atrasos ou custos adicionais que poderiam ocorrer caso se recorresse a soluções improvisadas, adesão a atas de registro de preços incompatíveis ou produção própria de equipamentos, que não atenderiam aos padrões de segurança e qualidade exigidos.

Portanto, a contratação é adequada, eficiente e segura, atendendo aos objetivos da Secretaria Municipal de Educação de proporcionar às crianças um ambiente de recreação estruturado, seguro e pedagógico, em consonância com as diretrizes legais da Lei nº 14.133/2021 e com o planejamento estratégico do Município de São Miguel do Iguaçu.

Ademais, estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Declara-se viável a contratação pretendida.

Declaramos que o presente estudo técnico preliminar atendeu aos requisitos da Lei 14133/2021.

Relação de Anexos ao ETP:

Emenda

Orçamentos

Cópia da Ata da APMF

São Miguel do Iguaçu/PR, 23 de fevereiro de 2026.

Servidor: Adriane De Fatima Rech De Meira

Nome/assinatura

Matrícula: 91986925

16. APROVAÇÃO PELO SECRETÁRIO DA PASTA

Considerando a conclusão do Estudo pelos servidores que o realizaram, aprovo o documento e autorizo a abertura de Processo de Contratação junto ao Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração

Por fim, declaro ciência nos termos e cautelas recomendadas.

Solicita-se ao Departamento de Contabilidade a emissão de Parecer Contábil para verificação da existência, suficiência e disponibilidade de recursos.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

São Miguel do Iguaçu/PR, 23 de fevereiro de 2026

Solange Gamba

Secretário Municipal de Educação

Portaria nº 001/2025